



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XII  
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO**

**EDSON DE OLIVEIRA SILVA**

**O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO E DAS FAKE NEWS NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL**

Guanambi (BA)

2025



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XII  
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO**

**EDSON DE OLIVEIRA SILVA**

**O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO E DAS FAKE NEWS NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL**

Artigo apresentado como pré-requisito para a conclusão da disciplina TCC II, do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Campus XII como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em administração.

Orientador: Me. Adller Moreira Chaves

Guanambi (BA)

2025

EDSON DE OLIVEIRA SILVA

## **O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO E DAS FAKE NEWS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL**

Artigo apresentado ao curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Campus XII como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em administração.

Guanambi, 13 de novembro de 2025.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Adller Moreira Chaves

---

Prof. Dr. Fabrício Ramos Neves

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Polyana Batista da Silva

# O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO E DAS FAKE NEWS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL

Edson de Oliveira Silva  
Orientador: Prof. Me. Adller Moreira Chaves

## RESUMO

O estudo analisa o impacto da desinformação e das *fake news* nas políticas públicas de saúde no Brasil, destacando como a propagação de informações falsas compromete a confiança da população e a eficácia das ações governamentais. O problema investigado consiste na influência da desinformação sobre a adesão às políticas de saúde, especialmente nas campanhas de vacinação. O objetivo geral foi compreender de que forma a desinformação afeta a implementação dessas políticas, seus impactos e as estratégias públicas para combatê-las. A pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, utilizou fontes acadêmicas, institucionais e dados de órgãos oficiais como o CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e o Instituto Butantan. Os resultados indicam que as *fake news* intensificam a resistência vacinal, reduzem a confiança nas instituições e fragilizam o sistema público de saúde. Conclui-se que o enfrentamento da desinformação requer políticas integradas de comunicação, educação midiática e fortalecimento da transparência pública.

**Palavras-chave:** Gestão Pública; Informação; Saúde Pública; Sociedade; Vacinação.

## ABSTRACT

The study analyzes the impact of disinformation and fake news on public health policies in Brazil, highlighting how the spread of false information undermines public trust and the effectiveness of governmental actions. The problem investigated concerns the influence of disinformation on adherence to health policies, especially vaccination campaigns. The general objective was to understand how disinformation affects the implementation of these policies, their impacts, and the public strategies to combat them. The research, qualitative, bibliographic, and documentary in nature, used academic and institutional sources, as well as data from official bodies such as CONASS (National Council of Health Secretaries) and the Butantan Institute. The results indicate that fake news intensifies vaccine resistance, reduces trust in institutions, and weakens the public health system. It is concluded that addressing disinformation requires integrated communication policies, media education, and the strengthening of public transparency.

**Keywords:** Information; Public Health; Public Management; Society; Vaccination.

## 1. INTRODUÇÃO

O avanço acelerado das tecnologias digitais e a crescente utilização da Inteligência Artificial (IA) tornaram a distinção entre informações reais e falsas cada vez mais complexa, gerando novos desafios para a comunicação e a sociedade contemporânea. Neste cenário de proliferação de desinformação, a formação da opinião pública e a formulação de políticas públicas enfrentam impactos significativos. Segundo Han (2022), na era da informação, quem a possui detém poder, e esse poder está atrelado ao "controle". As notícias falsas, que variam desde informações completamente erradas até informações parcialmente verdadeiras, porém descontextualizadas, distorcem fatos, reforçam pensamentos radicais, disseminam ódio e violência, além de modificar os rumos da sociedade (Prudente; Costa, 2020). Harari (2021) observa que o controle da informação se tornou uma forma poderosa de influência na era digital, tornando críticos os impactos da desinformação sobre decisões coletivas e confiança pública.

A desinformação emerge como um fenômeno estruturante do debate público contemporâneo, com especial relevância as fake news, que são conteúdos intencionalmente elaborados para enganar, manipular ou desviar a atenção da realidade. A propagação dessas notícias falsas, especialmente por redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, provoca distorções significativas na percepção pública sobre temas sensíveis como vacinação, democracia, segurança pública e questões ambientais. No âmbito das políticas públicas, essa problemática representa um obstáculo crescente para gestores, particularmente na área de saúde.

O episódio da vacinação contra a Covid-19 no Brasil evidenciou como a desinformação fragilizou a confiança da população nas políticas de saúde, dificultou a adesão a medidas preventivas essenciais e prejudicou as populações mais vulneráveis. A ascensão das redes sociais como principal fonte de informação ampliou a circulação de notícias falsas sobre vacinas, tratamentos e medidas sanitárias, provocando resistência às campanhas governamentais, aumento de doenças evitáveis e descrédito nas instituições. Esta crise de confiança expõe a vulnerabilidade da sociedade diante de informações manipuladas e fragiliza a atuação do Estado, tornando imperativo combater formas de desinformação que afetem a saúde coletiva, especialmente das camadas mais carentes.

Diante deste cenário desafiador, surge a necessidade de a gestão pública desenvolver estratégias eficazes para mitigar a desinformação. A propagação de notícias falsas compromete não apenas a qualidade da deliberação democrática, mas também a legitimidade e eficácia das políticas públicas de saúde. Investigar de que forma a

desinformação afeta essas políticas é fundamental para compreender os mecanismos pelos quais a informação falsa influencia a implementação de ações governamentais e a adesão cidadã.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender de que maneira a desinformação e as notícias falsas afetam a execução de políticas públicas de saúde no Brasil. Para tanto, foram definidos três objetivos específicos: (1) levantar os principais pontos onde a desinformação atua na saúde pública do país; (2) identificar os impactos dessa desinformação na implementação de políticas públicas de saúde; e (3) discorrer sobre a desinformação como um desafio estrutural para a gestão pública em saúde.

Ante o exposto, este artigo estrutura-se em seis seções, com a presente Introdução. Prossegue-se com a Metodologia, explicitando a abordagem qualitativa, bibliográfica e documental adotada, bem como os critérios de seleção de fontes acadêmicas e institucionais. Em seguida, a seção Informação e Desinformação na Sociedade Contemporânea analisa o fenômeno da desinformação em suas dimensões teóricas, discutindo como as notícias falsas se propagam através de plataformas digitais e redes sociais. A seção Políticas Públicas e Informação conecta esses conceitos ao âmbito da administração pública, evidenciando como a informação é elemento estratégico na formulação e execução de políticas de saúde. A seção cinco apresenta dados empíricos sobre a prevalência de fake news no Brasil, correlacionando-os com quedas nas taxas de imunização e aumento da mortalidade, consolidando a argumentação sobre os impactos concretos da desinformação. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os achados, enfatizando a necessidade de estratégias integradas de combate à desinformação.

## **2. METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, cuja abordagem metodológica baseia-se na pesquisa bibliográfica e documental. O foco central é compreender, a partir de fontes teóricas e registros institucionais, de que maneira a desinformação por meio da propagação de notícias enganosas influenciam negativamente os processos de implementação das políticas públicas no contexto brasileiro.

O estudo foi conduzido a partir da seleção e análise de artigos científicos publicados em periódicos que foram escolhidos no Google Scholar (esses correspondem ao recorte temporal de 2018 a 2025). Foram utilizadas as palavras em conjunto “desinformação” ou “*fake news*” com “saúde pública” ou “políticas públicas de saúde” ou “SUS”. Também conta com interpretação de dados documentais do governo brasileiro em seus sites institucionais

como o Data SUS, do Ministério da Saúde, pesquisas em sites jornalísticos com relevância na temática, fazendo a extração de publicações que tratam das interações entre gestão de políticas públicas, o problema da desinformação, como ela afeta a saúde pública e conceitos importantes acerca do que ela representa, assim, revelando sua extensão na sociedade.

Portanto, utilizou-se material disponível em bases reconhecidas, como *Scielo*, Google Acadêmico, portais de notícias confiáveis, como Agência Brasil, G1 da Globo entre outros. Como critério de exclusão, foram descartados artigos sem grandes discussões de profissionais e relevância científica. Foram analisadas falas de presidentes e ex-presidentes, no que diz respeito ao surgimento e alastramento da desinformação pelos próprios políticos.

A análise do material coletado foi feita buscando identificar como as notícias falsas se relacionam com a gestão pública na área da saúde. A interpretação dos dados concentrou-se em observar indícios de como esse fenômeno pode comprometer a clareza e aceitação social das políticas públicas. Buscou-se, dessa forma, uma compreensão crítica do fenômeno da desinformação, observando como ele afeta, direto ou indiretamente, os mecanismos de gestão pública, especialmente no que se refere à transparência, adesão cidadã, eficácia das políticas implementadas e risco para população brasileira.

### **3. INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Os conhecidos “boatos” sempre fizeram parte vida em sociedade, causando diversos danos, destruindo reputações e negócios. Nessa direção, a informação assume papel central na sociedade desde muitos séculos. Todavia, com as redes sociais e as tecnologias digitais são cada vez mais visíveis a comoção de grupos de pessoas e a sociedade como um todo frente a informações enganosas que tem o poder de persuadir e causar estragos catastróficos (Oliveira, 2019). Tal cenário demonstra como as notícias enganosas são frequentemente instrumentalizadas como estratégia de deslegitimação do outro, aprofundando ainda mais a polarização social e alguns problemas do Brasil (Blotta; Bucci, 2025).

O diretor-geral adjunto de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Tawfik Jelassi, afirma que a desinformação é o principal risco global para 2025. Conforme a Agência Brasil (2025),

Jelassi citou um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) no qual aponta que mentiras se espalham 10 vezes mais rápido que a verdade.

Se por um lado Jelassi (Agência Brasil, 2025) ressalta que o dano provocado pela desinformação é um gigantesco, o Jornal da USP (2022) reforçava a gravidade desse fenômeno ao evidenciar que seus efeitos vão além do campo informacional, atingindo a própria vida das pessoas e corroendo as bases democráticas. Neste sentido, não se trata apenas de corrigir ou mitigar o problema, mas primeiramente reconhecer que a desinformação opera como uma estratégia deliberada de poder, sustentada por recursos tecnológicos e interesses políticos.

Diversas discussões e debates evidenciam tanto os riscos imediatos da desinformação quanto a urgência de restaurar o compromisso com a verdade nas políticas públicas. E crítica à barbárie da distopia da desinformação e de um Brasil paralelo com a mentira, pautando políticas públicas, surge o desafio de resgatar a realidade e fazer da verdade um compromisso comum daqueles que defendem a democracia (Jornal da USP, 2022).

Segundo Leite e Matos (2017, p. 2336, *apud* Oliveira, 2018), a desinformação ocorre quando o indivíduo perde o senso crítico, “gerando uma mecanização no comportamento dos indivíduos acerca da informação, de modo que acabam se comportando como propagadores de uma onda de poluição informacional”. A desinformação se propaga de forma intensa pelas redes sociais digitais, impulsionada por algoritmos que privilegiam conteúdos capazes de gerar engajamento emocional. Isso resulta em uma circulação mais rápida e ampla de informações falsas em comparação com aquelas verificadas, ampliando seu alcance e potencial de convencimento Vosoughi, Roy e Aral, (2018, *apud* Blotta; Bucci, 2025). Nesse sentido, as plataformas digitais se tornaram o principal vetor contemporâneo de falsas informações, moldando percepções individuais e coletivas, desse modo, semeando a desinformação.

As tradicionais mídias brasileiras (TV e rádio) desempenharam um papel fundamental de informar com credibilidade. Nessa contemporaneidade, observa-se que a população em geral, especialmente os mais jovens, não têm o hábito de sentar em frente à TV, muito menos ouvir rádio. Esta população está predisposta a internet, e na maioria das vezes é onde ela tende a informar-se (Oliveira, 2018; CONASS, 2024).

Contudo, a mídia tradicional ainda desempenha papel relevante na esfera pública brasileira, mesmo em meio a ataques de deslegitimação e tentativas de enfraquecimento de sua credibilidade. Este processo revela uma disputa pelo espaço de autoridade

informacional, em que veículos jornalísticos são questionados e confrontados por narrativas desinformativas que buscam fragilizar instituições democráticas (Blotta; Bucci, 2025).

Um canal relevante para a propagação da desinformação é a comunicação interpessoal. Grupos de WhatsApp e redes de sociabilidade comunitária atuam como ambientes de circulação de boatos, consolidando percepções equivocadas e naturalizando crenças falsas, uma vez que a proximidade interpessoal confere legitimidade às informações repassadas (Oliveira, 2018).

No plano individual, a desinformação tem efeitos diretos na saúde, já que sujeitos em contexto de pós-verdade tendem a priorizar convicções pessoais e emoções em detrimento de dados verificados, o que pode levar à recusa vacinal ou à adoção de práticas sem eficácia científica (Oliveira, 2018). Em nível coletivo, a desinformação corrói os espaços de debate público e favorece polarizações sociais, comprometendo a construção de consensos e dificultando a cooperação necessária para a efetividade de políticas públicas (Blotta; Bucci, 2025).

#### **4. POLÍTICAS PÚBLICAS E INFORMAÇÃO**

As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de ações e decisões do Estado voltadas para atender demandas sociais. Elas envolvem tanto a formulação quanto a análise crítica dessas ações, abrangendo implementação, monitoramento e avaliação (Souza, 2006). No Brasil, as políticas públicas são orientadas por princípios constitucionais, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem guiar toda a atuação estatal (Secchi, 2017).

Em relação a relevância da informação no âmbito da gestão e criação de políticas de saúde pública, o Instituto Butantan (2022) defende que a informação é elemento estratégico para a saúde, pois permite a construção de diagnósticos coletivos, a definição de prioridades e a elaboração de estratégias de prevenção. Nesse sentido, o fluxo informacional sustenta a qualidade e a legitimidade das políticas públicas de saúde.

Blotta e Bucci (2025) evidenciam que a desinformação não é apenas um problema social, mas um fator crítico que interfere diretamente na eficácia das políticas públicas de saúde. A formulação e execução dessas políticas dependem de que a população compreenda corretamente as orientações e confie nas recomendações do Estado. Quando informações falsas se disseminam, elas criam barreiras que reduzem a adesão da população, enfraquecendo campanhas de prevenção, vacinação e outras ações estratégicas.

Dessa forma, a gestão de políticas de saúde não pode se limitar à implementação técnica de medidas, é também necessário um esforço contínuo para garantir que informações corretas e confiáveis cheguem ao público, fortalecendo a comunicação estatal e promovendo maior engajamento da sociedade com as ações de saúde pública.

Blotta e Bucci (2025) afirmam que as *fake news* configuram um ambiente de sabotagem às instituições de interesse público, incluindo universidades, órgãos de saúde e veículos de imprensa. Esse processo gera entraves à formulação e implementação de políticas, pois corrói a confiança social e cria obstáculos à adesão das medidas oficiais. No setor da saúde, esse fenômeno é particularmente grave, visto que compromete campanhas de vacinação, medidas preventivas e o próprio diálogo entre gestores e sociedade, reduzindo a eficácia das políticas (Instituto Butantan, 2022). Assim, gerando impactos negativos na eficácia das políticas de saúde públicas, sendo fundamental traçar estratégias para formulação, aplicação e adesão.

Em contraponto, a Publicidade, quarto princípio da administração pública (Caput do Art. 37) é o que garante a transparência. Significa que todos os cidadãos têm direito ao acesso à informação, o que obriga os órgãos e instituições públicas a disponibilizarem dados e prestação de contas para a sociedade (Insper, 2024). Igualmente, a Lei de Acesso à Informação (LAI), norma brasileira nº 12.527/2011 que garante o direito de todos os cidadãos solicitarem e obterem informações de órgãos e entidades públicas, salvo em casos específicos protegidos por sigilo. Na sequência, seguido pelo princípio da Eficiência, assegurando que o gestor público atue com a melhor qualidade possível, sempre em conformidade com a lei, e fazendo uso correto dos recursos públicos (Insper, 2024).

À luz disso, o governo brasileiro tem adotado estratégias para informar a população por meio de portais e sites oficiais, disponibilizando dados sobre programas, campanhas, indicadores epidemiológicos e relatórios de gestão. Informações sobre vacinação e outros indicadores de saúde são regularmente publicadas em redes sociais e aplicativos oficiais, além de serem divulgadas por meio de campanhas em mídias tradicionais (TV, rádio e telejornais).

Em âmbito federal, estadual e municipal, foram implementadas iniciativas específicas: o Ministério da Saúde lançou o site *covid.saude.gov.br*, com dados oficiais, protocolos e orientações, enquanto aplicativos como o “Coronavírus-SUS” foram disponibilizados para informar sobre sintomas, medidas de prevenção e localização de unidades de saúde. Estes episódios da vacinação contra a Covid-19 no Brasil evidenciaram como a desinformação fragilizou a confiança da população nas políticas de saúde, dificultando a adesão a medidas preventivas essenciais, e prejudicou ainda mais as

populações vulneráveis. Este cenário aponta que a *fake news* pode comprometer a efetividade das políticas públicas (Gomes, 2021; Santos, 2022).

A divulgação da informação ética e em massa das políticas públicas de saúde é fundamental para garantir sua efetividade e cumprimento. As informações claras e precisas a respeito de programas e campanhas de saúde fortalecem a confiança da população e potencializam os resultados das ações da gestão pública.

#### 4.1 A DESINFORMAÇÃO ESPALHADA POR GOVERNANTES

A desinformação em saúde tem se manifestado de forma cada vez mais recorrente e intensa no cenário contemporâneo, muitas vezes impulsionada por figuras públicas que possuem ampla visibilidade. Todavia, cai por terra a ideia de que as notícias irreais e/ou parciais são somente elaboradas por “anônimos” em redes sociais.

Exemplo disso foi noticiado pela jornalista Natuza Nery (G1, 2025), episódio no qual o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, relacionou o uso de paracetamol durante o período de gravidez ao desenvolvimento do autismo, sem qualquer respaldo científico. Em circunstâncias ainda mais agravadoras, segundo o noticiado, "a associação foi feita pelo presidente em um pronunciamento ao lado de Robert Kennedy Jr, secretário de Saúde conhecido por ser uma voz antivacina e por propagar teorias conspiratórias" (G1, 2025).

Casos semelhantes ocorreram no Brasil, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou em *live* de rede social que a Covid-19 era apenas uma “gripezinha”, enquanto a doença fazia vítimas fatais no país e no mundo. A BBC Brasil (2020) expõe “2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega”. Essa fala gerou enorme repercussão, não apenas por tratar-se de algo inverídico, mas pelo fato de ser proferida pela figura de maior autoridade do país naquele momento e contar com a confiança de inúmeros cidadãos.

A partir destas declarações, a desinformação espalhada por autoridades, como exemplificado, infere-se que compromete severamente a implementação das políticas de saúde pública, a confiança e sua integração. De tal modo, a descredibilizar as instituições médico-científicas, influenciar negativamente práticas de cuidado e também levar a polarização como já discutido.

## 5. ACHADOS DO IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA

A análise desta pesquisa permitiu identificar quatro achados centrais que estão alinhados aos objetivos específicos do trabalho e refletem padrões recorrentes em consonância aos estudos.

Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, divulgada pela Agência Brasil (2024), quase 90% dos brasileiros já acreditaram em notícias falsas, evidenciando a prevalência da desinformação no país. Este dado é crucial para compreender o impacto da desinformação nas políticas públicas de saúde no Brasil. A amostra da pesquisa foi de 1.032 pessoas com 18 anos ou mais, entrevistadas entre os dias 15 e 20 de fevereiro do mesmo ano, conforme tabela 1.

Tabela 1: “Brasileiros Vítimas de *Fake News* em 2024”.

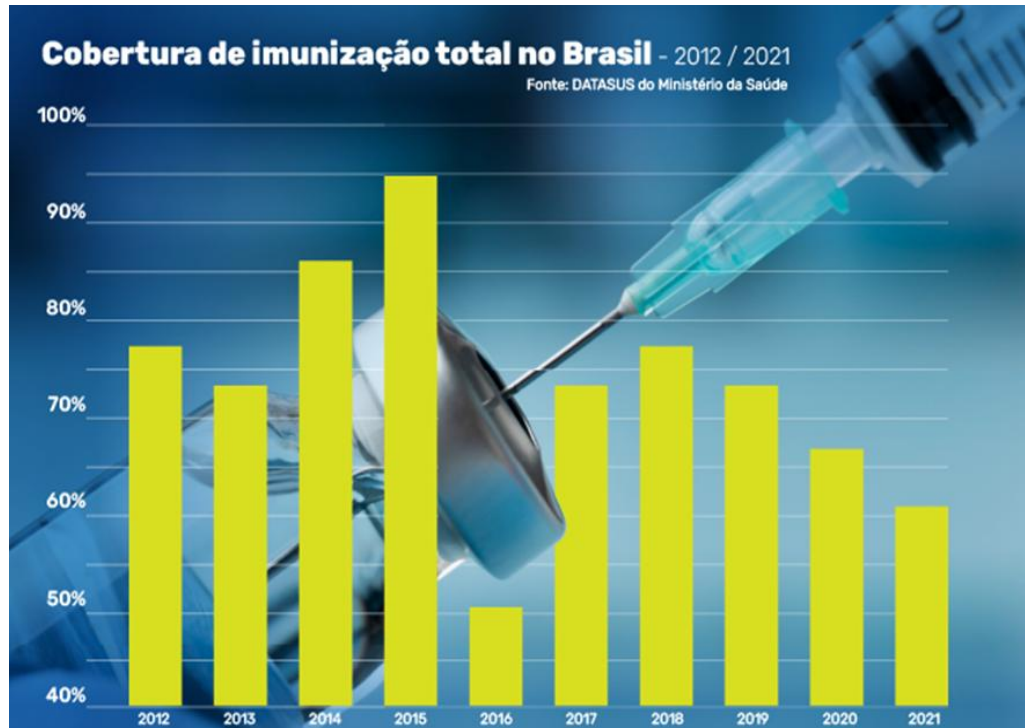
Relação das Notícias Falsas	Percentual (%)
Já acreditaram em algum tipo de <i>fake News</i>	90%
Venda de produtos	64%
Propostas em campanhas eleitorais	63%
Políticas públicas	62%
Escândalos envolvendo políticos	62%
Economia	57%
Segurança pública e sistema penitenciário	51%

Fonte: Agência Brasil (2024), com adaptação.

O estudo também aponta que quando o indivíduo é enganado por uma notícia falsa, gera um sentimento de ingenuidade para 35% das pessoas, 31% ficam com raiva e 22% sentem vergonha. Um quarto da população (24%) afirma já ter sido acusado de espalhar informações falsas por pessoas que têm uma visão de mundo diferente. E ainda, levanta que além de outros aspectos, 12% veem como maior risco prejudicar os cuidados com a saúde, elucidando o potencial impacto do problema sobre às políticas públicas de saúde (Agência Brasil, 2024).

A figura abaixo, apresenta os dados levantados pelo DATASUS do Ministério da Saúde entre os anos de 2012 a 2021.

Figura 2: “Cobertura de Imunização Total no Brasil”.



Fonte: Instituto Butantan<sup>1</sup> (2022, online)

Sabido da eficácia da vacinação comprovada cientificamente ao longo dos tempos, colocar em xeque a sua eficácia, significa colocar vidas em riscos. Os fatos apresentados evidenciam a queda da imunização, especialmente entre crianças. O Instituto Butantan (2022) exalta que a queda nas taxas de vacinação no Brasil representa uma ameaça crescente à saúde infantil, resultado direto da desinformação e da baixa adesão às campanhas públicas. Diante de um contexto de *fake news*, em que a desinformação é disseminada continuamente, a atenção à educação e a estratégias para incentivar o interesse pela ciência são cada vez mais cruciais (Instituto Butantan, 2022).

De acordo com o “Estudo sobre Consciência Vacinal no Brasil”, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público em parceria com a Universidade Santo Amaro (Unisa) no ano de 2024, pesquisa divulgada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), indicou que “pelo menos 1 a cada 5 brasileiros afirma já ter sentido medo de se vacinar ou desistiu de tomar a vacina após ler uma notícia negativa em plataformas digitais”, isso entre aqueles que se informam sobre saúde e vacinação por meio de redes sociais (CONASS, 2024). Ela estava buscando compreender profundamente sobre a consciência vacinal no Brasil e, identificar percepções, desafios e oportunidades para o

<sup>1</sup> Além disso, dentro do próprio portal dessa fonte: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-fato-fake> há uma aba específica para tratar se é “fato ou *fake*”, sobre notícias que circulam sobre a questão vacinal, funcionando como uma ferramenta para munir o cidadão de informações confiáveis e desmascarar as falsas ou parciais.

aumento da adesão às vacinas do Plano Nacional de Imunizações (PNI). Assim, produzindo elementos informacionais para subsidiar o planejamento de estratégias de comunicação dentro do PNI (Lavareda Filho, 2024).

Quanto aos resultados, revela que 72% dos entrevistados confiam nas vacinas e 90% acham os imunizantes importantes para a saúde pessoal, da família e da comunidade. Mas, os brasileiros ainda têm receio: 21% avaliam como alto o risco de reações das vacinas e 27% afirmam já ter sentido medo de se vacinar ou de levar uma criança ou adolescente para se vacinar. Dos 27% que alegaram ter medo, 66% disseram ter receio de reações ou efeitos colaterais graves (CONASS, 2024).

A pesquisa “Impacto das *Fake News* sobre vacinação na mortalidade por Covid-19: uma análise epidemiológica no Brasil”, publicada na Revista de Enfermagem da UFPI, analisou dados referentes ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022, identificando uma correlação significativa entre a circulação de *fake news* sobre vacinas e a mortalidade por Covid-19 no país. Conforme explica a autora principal do estudo, Adriana Rodrigues, “nos meses em que mais circularam *fake news* sobre vacinas, também foram registrados mais óbitos pela doença no Brasil e, à medida que diminuíram as *fake news*, às mortes também diminuíram” (UECE, 2025).

E ainda, destaca que o Brasil enfrenta uma baixa adesão à vacina contra a gripe, com apenas 41% do público prioritário imunizado, trazendo uma observação preocupante em escala global no tangente a redução na vacinação infantil contra doenças graves e conseqüentemente ocasionando a volta de doenças já erradicadas (UECE, 2025). A autora relata que “já circulam *fake news* que associam a vacina da gripe a mortes no Rio de Janeiro ou que afirmam que ela reduz a expectativa de vida. A baixa adesão da população neste momento pode ser uma consequência direta dessas falsas informações” (UECE, 2025).

Com ênfase nos efeitos concretos causados pela desinformação, os achados apresentados buscam uma compreensão dimensional do problema, fundamentar os objetivos descritos. E evidenciar esse fenômeno como um desafio relevante para o gestor público. Os resultados manifestam que, quando a desinformação atinge a sociedade e o fator da saúde, o vínculo entre Estado e a população é rompido, compromete resultados coletivos com a vacinação em massa.

Embora a hesitação vacinal não seja provocada exclusivamente pela desinformação, a propagação de notícias falsas pode comprometer a decisão da população quanto à vacinação, agravando quadros clínicos e levando, inclusive, à morte. Os estudos apresentados, reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao combate à

desinformação, destacando o impacto direto das *fake news* na saúde coletiva e na efetividade das campanhas de imunização no Brasil.

Os levantamentos alinham ao apontar os impactos concretos da desinformação na saúde pública brasileira. Enquanto o CONASS (2024) aponta que o medo e as informações falsas continuam sendo fatores determinantes para a diminuição da aceitação às campanhas de imunização, os achados divulgados através da UECE (2025) demonstram com base em dados epidemiológicos (do Ministério da Saúde), uma correlação direta entre a circulação de notícias enganosas sobre vacinas e o aumento da mortalidade por Covid-19 no país.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo verificou que a desinformação constitui um desafio estrutural para a gestão pública no Brasil, afetando diretamente a execução de políticas de saúde, a confiança da população nas instituições governamentais e a cooperação entre Estado e sociedade civil. A propagação de notícias enganosas comprometeu campanhas de vacinação, adesão a medidas sanitárias e a efetividade das ações estatais, evidenciando a necessidade de estratégias de comunicação claras, transparentes e acessíveis, capazes de fortalecer a confiança pública nas orientações técnicas e científicas.

A experiência da pandemia de COVID-19 demonstrou a importância de uma gestão integrada, adaptativa e eficiente, capaz de articular ações de combate à desinformação e de coordenação institucional em momentos de crise. Nesse sentido, o Brasil já possui mecanismos, como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e o Código Penal, que permitem responsabilizar quem propaga informações falsas com dolo ou que causem dano coletivo.

Há ainda o PL das *Fake News* (PL 2630/2020), que busca regulamentar plataformas digitais e responsabilizar a disseminação em massa de desinformação. O uso desses instrumentos legais, deve ser acompanhado de fiscalização ativa e aplicação de sanções proporcionais, garantindo que a lei funcione como um instrumento concreto de proteção à saúde coletiva e de preservação democrática.

Por fim, o enfrentamento da desinformação exige esforços conjuntos entre governo, instituições de saúde, mídia e sociedade civil, com ênfase em educação midiática e promoção da ciência, para reduzir os impactos negativos das *fake news* sobre a saúde pública e fortalecer a confiança da população nas políticas e instituições públicas.

Recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise por meio de estudos empíricos, entrevistas com gestores e profissionais de saúde, ou estudos de caso em políticas públicas específicas, a fim de consolidar práticas de gestão pública mais resilientes e eficazes diante da infodemia, fenômeno caracterizado por um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo impulsionado por algum evento atípico (OPS, 2020).

## REFERÊNCIAS

LABOISSIÈRE, P. Quase 90% dos brasileiros admitem ter acreditado em fake news.

**Agência Brasil**, 16 abr. 2024. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/quase-90-dos-brasileiros-admitem-ter-acreditado-em-fake-news>. Acesso em 16 de set. 2025.

BBC NEWS. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em 3 de out. 2025.

BLOTTA, Vitor; BUCCI, Eugênio. Desinformação, democracia e regulação. **Estudos Avançados**, vol. 39, nº 113, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). Brasileiros ainda deixam de se vacinar por medo e desinformação, revela pesquisa desenvolvida pelo CNMP. Conass, 2024. Disponível em: <https://www.conass.org.br/brasileiros-ainda-deixam-de-se-vacinar-por-medo-e-desinformacao-revela-pesquisa-desenvolvida-pelo-cnmp/>. Acesso em 8 de out. 2025.

G1. Trump, paracetamol e autismo – O Assunto #1563. **G1**, Rio de Janeiro, 25 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2025/09/25/trump-paracetamol-e-autismo-o-assunto-1563.ghtml>. Acesso em 3 de out. 2025.

GOMES, C. P. B. O impacto das *fake news* sobre as políticas públicas. **Revista Digital de Direito Administrativo**, 2021.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HAN, B.-C. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

INSPER. Princípios da administração pública. Disponível em:

<https://www.insper.edu.br/pt/conteudos/politicas-publicas/principios-da-administracao-publica>. Acesso em 10 de out. 2025.

INSTITUTO BUTANTAN. Queda nas taxas de vacinação no Brasil ameaça a saúde das crianças. São Paulo: Instituto Butantan, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/queda-nas-taxas-de-vacinacao-no-brasil-ameaca-a-saude-das-criancas>. Acesso em 10 de out. 2025.

JORNAL USP. Publicação mapeia potenciais impactos da desinformação na gestão pública. **Jornal USP**, São Paulo, 10 out. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/publicacao-mapeia-potenciais-impactos-da-desinformacao-na-gestao-publica/>. Acesso em 21 jun. 2025.

NEXO JORNAL: PRUDENTE, L.; OLIVEIRA-COSTA, M. O desafio das *fake news* para os gestores de políticas públicas. **Nexo Jornal**, 24 de dez. 2020.

OLIVEIRA, A. F. Políticas de saúde e o papel da informação. **Revista Saúde em Debate**, 2018.

OLIVEIRA, S. M. P. Disseminação da informação na era das *fake news*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Algunos derechos reservados. Washington, D.C.: OPS, 2020.

SANTOS, M. E. O. *Fake news* no Brasil: os efeitos da desinformação no processo democrático. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2022.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: **Cengage Learning**, 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). Vacinação em queda acende alerta, e estudo inédito da Uece destaca o perigo das *fake news*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1 jul. 2025. Disponível em: <https://www.uece.br/noticias/vacinacao-em-queda-acende-alerta-e-estudo-inedito-da-uece-destaca-o-perigo-das-fake-news/>. Acesso em 8 de out. 2025.